

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO (CTC)**

**03.11.2021**

\* \* \*

- Abre a reunião o Sr. Rafa Zimbaldi.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Transportes e Comunicações, da 3ª Sessão Legislativa, da 19ª Legislatura.

Eu registro, com muito prazer, a presença dos nobres deputados Roberto Morais, Rafa Zimbaldi, deputada autora do requerimento de convocação Carla Morando, deputado Cezar.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Presente, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Obrigado, deputada Carla. Deputado Alexandre Pereira.

**O SR. ALEXANDRE PEREIRA - SD** - Presente, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputado Ricardo Madalena.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - Presente. Presente, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Obrigado, deputado. Ausência, então, do deputado Maurici, do deputado Carlos Cezar, deputado Milton Leite, deputado Jorge Wilson, deputado Léo Oliveira.

Eu quero agradecer a presença de todos, registrar aqui a presença do nosso sempre deputado, atual prefeito de São Bernardo do Campo, Orlando Morando. Obrigado pelo

atendimento ao convite, Orlando, obrigado pelo carinho. Eu solicito à secretária a leitura da reunião passada.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Pela ordem, deputado Roberto Morais.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Eu peço, solicito a dispensa da leitura da Ata.

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - É regimental. Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. (Pausa.) Aprovado. Informo que a reunião tem por finalidade ouvir os diretores da Artesp - Agência de Transportes do Estado de São Paulo.

Neste momento, quero agradecer o atendimento do nosso presidente Milton Roberto Persoli, que é o diretor geral. O Guilherme Martins Pellegrini, procurador geral. Caio Miranda Carneiro, secretário executivo. Rodrigo Barata, diretor de Assuntos Institucionais.

Deputado... Perdão. Jorge Farah Elias, diretor de Controle Econômico e Financeiro. João Luiz Lopes, diretor de Investimentos. Sebastião Ricardo Carvalho Martins, respondendo pela Diretoria de Operações. E ele é diretor de Procedimentos e Logística.

O requerimento aprovado foi a fim de prestarem esclarecimentos sobre o andamento dos processos parados em algumas das instâncias da Artesp, sem o devido fundamento e resposta aos Parlamentares, convocados conforme Requerimento CTC nº 9, de 2021, de autoria da deputada Carla Morando, que também...

**O SR. CEZAR - PSDB** - Precisa fazer um requerimento para eles lá de Águas da...

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Deputado Cezar, o senhor está com o áudio ligado. Se o senhor puder só desligar o áudio, fazendo o favor. Deputado Carlos Cezar, deputado Maurici também registrando aqui presença. E agradecer mais uma vez...

**O SR. CARLOS CEZAR - PSB** - Obrigado, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Obrigado, deputado Carlos. A participação do prefeito de São Bernardo, Orlando Morando, convidado a prestar depoimento sobre a atuação da Artesp no município. Eu quero, mais uma vez, agradecer em nome do Milton Persoli, o atendimento desta convocação.

Agradecer a oportunidade, Milton. Nós tínhamos uma reunião na semana passada, mas justificada a ausência, marcamos para esta semana, e de pronto o nosso presidente aceitou o convite, participando aqui. Então, eu passo a palavra à autora do requerimento deputada Carla Morando, para que faça uso da tua palavra, deputada Carla.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Obrigada, presidente. Obrigada a todos os colegas. Ao Orlando, que está aqui nos assistindo, meu marido, e participando da reunião também. Por ser diretamente envolvido no assunto o convidei.

E também agradecer aí a presença de todos os participantes aqui hoje da convocação que a gente fez para a Artesp. Muito obrigada. Bom, a convocação tem um fundamento de ter uma resposta de um porquê, um parecer que a gente pode entender sobre diversas coisas que têm acontecido de demora em liberação de pleitos aqui dos deputados. Nesse caso, foi uma das coisas que acabaram me direcionando a fazer esta convocação, por quê?

Há mais de um ano... Há quase um ano, me perdoe, há quase um ano, nós estamos aí em um pleito de tentar regularizar uma área, que é de concessão da Ecovias e tem ali também a regulamentação da Artesp, para que a gente consiga eliminar um problema que já vem há décadas e que não foi, na verdade, solucionado pelas áreas competentes, que na verdade seriam a Ecovias e a Artesp, que teriam de ter todo o cuidado ali com essa região.

Elas foram invadidas literalmente dentro da via Anchieta, praticamente no “guard rail” existiam os barracos, que ali estavam há muitos e muitos anos. E, em dezembro de 2020, foi entendido pela prefeitura que se corria muito risco de as crianças e as pessoas que ali moravam de repente passarem por baixo desse “guard rail” e virem a ser atropeladas.

Então, foi decidido que deveríamos tirar essa invasão dali e colocar algum outro tipo de equipamento para evitar que seja novamente invadido. E isso tem se estendido desde dezembro, do começo de dezembro do ano passado até a data de agora, que nós ainda estamos aí com a pauta de tentar uma liberação.

A princípio, eu tenho no dia 02 de junho, eu consegui uma data, desde fevereiro tentando uma reunião, eu consegui uma data para junho. Então, vamos lá. De 11 de fevereiro, quando foi feito o protocolo da prefeitura de São Bernardo do Campo para fazer a liberação dessa área junto da Artesp, acho que os colegas podem até verificar aí a data, nós conseguimos uma reunião, a primeira reunião em junho.

Passaram-se todos esses meses para conseguir a primeira reunião pedindo a liberação. E aí, começou toda a conversa. Nós fizemos uma reunião, conversei até com o Milton Persoli, a quem agradeço por ter feito essa reunião, para que a gente pudesse juntar todas as equipes técnicas tanto da Artesp quanto da prefeitura de São Bernardo do Campo, para que a gente conseguisse solucionar todos os documentos e todas as adequações ao projeto naquele momento, e que a gente pudesse tentar uma maneira mais rápida de liberação dessa praça.

Por quê? A todo dia é necessário que a Polícia vá retirar ali ou entulho ou um novo barraco se formando. Então, foi tentada essa primeira reunião em junho. Depois teve uma segunda reunião, logo na próxima semana, no dia 08 de junho, para tratar da documentação, na qual nós entendemos tanto pelas equipes quanto pela diretoria que estaria tudo solucionado, pelas conversas que tivemos ali.

Não conseguimos a resposta, e dali começou a maratona. Eu ligar toda semana praticamente para o Milton pedindo uma resposta sobre essa liberação. Isso começou o processo também de um novo programa do governo do estado, que toda a reforma das casas, e ali se ficou de adequar a praça, fazer uma área de lazer para que as crianças pudessem usufruir ali, toda cercada, com segurança, e uma pista de caminhada.

Lembrando só que não vai haver edificação. É só mesmo uma praça para poder conter a invasão das pessoas. E aí, ficou de o município fazer essa praça, adequar o lugar para ficar um ambiente mais agradável, trazer dignidade às pessoas e segurança, inclusive.

Mas as coisas começaram a caminhar pelo projeto do governo do estado, as obras já estão (Inaudível.) porém a praça ficou ali parada. Não recebi nenhum parecer (Inaudível.) do porquê de não liberar (Inaudível.) tem alguém com o fone aberto aí, o microfone, se puder... Por favor.

**O SR. CAIO MIRANDA CARNEIRO** - É o seu, João, se puder desligar ou botar no mudo.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Não recebi nenhum parecer. E aí, tentava insistentemente pedir essa conversa com o Milton e o Milton dizia que realmente não estava conseguindo liberar, que estava parado na Procuradoria, outra hora estava parado na CJ, e assim por diante, em diversas diretorias.

E aí, não me sobrou uma outra alternativa a não ser fazer uma convocação entre todas as pessoas envolvidas tanto da prefeitura quanto também da minha parte e da parte da Artesp para que a gente consiga entender qual é o problema que existe hoje dentro da questão da liberação.

Dentro dessa área de liberação que nós estamos pedindo, nós sabemos que é uma área de domínio da Artesp, porém ela estava invadida e ocupada por pessoas há muitos anos e a Artesp nunca teve nenhum tipo de atitude em chegar até ali e retirar nenhum tipo de invasão.

Nem a Artesp nem a Ecovias. Portanto, isso acabou recaindo sobre a responsabilidade da prefeitura em limpar essa área e dar um destino para que não seja mais invadida. Então, essas são as minhas pautas, e é por esse motivo que nós estamos aqui hoje.

Sei que tem muitos outros pleitos de colegas que estão aqui presentes, mas da minha parte seria essa. E aí, nesse caso, eu trouxe o prefeito de São Bernardo do Campo, que tem acompanhado todo o processo desde o início e tem cobrado bastante as respostas, mas que eu acabo não tendo, porque a própria Artesp não nos traz esse tipo de resposta. Então, o meu pleito seria esse. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Obrigado, deputada Carla. Eu vou passar a palavra ao prefeito Orlando, se quiser fazer alguma complementação, prefeito. Mais uma vez te agradecendo aí pela presença.

Eu sei que V. Exa. já é de casa, conhece bem os trâmites aqui da Assembleia, então, fique à vontade.

**O SR. ORLANDO MORANDO** - Presidente Rafa Zimbaldi, em seu nome eu quero saudar a todos os demais deputados e cumprimentar as deputadas em nome da minha esposa deputada Carla Morando. Cumprimentar toda a equipe da Artesp.

A Carla fez aí uma explanação de motivos com muita propriedade. Visando facilitar, Sr. Presidente, se você me permitir, eu tenho alguns slides para que todos vocês

possam ficar sintonizados na mesma página, e possamos dessa forma dar a amplitude do problema.

Eu só queria fazer um resgate anterior. Foram duas remoções que nós fizemos às margens da Rodovia Anchieta. Ali que especificamente nós vamos projetar eram 62 garagens, porque é uma comunidade o bairro ao lado, o bairro do DR, uma lavanderia e duas casas.

Anterior a isso, no Km 24 da Rodovia Anchieta, nós removemos 70 famílias. Essas todas foram contempladas, que estavam cadastradas, receberam um apartamento, fruto de um programa habitacional entre a prefeitura, o governo do estado e o governo federal.

Então, na prática, além do risco que essas pessoas levam, estavam correndo sério risco, eu estou colaborando com a Artesp, porque todo o custo para fazer essas remoções ficou por conta da prefeitura, não apenas das novas habitações, mas o custo do desfazimento foi todo pago pelo município de São Bernardo.

Então, isso deixa claro que nós temos o melhor e o maior interesse em colaborar. Até porque as margens da rodovia ocupada deixam a nossa cidade feia e não cumprem o objeto pelo qual tanto concessionário quanto agência reguladora devem se manter.

Na condição de prefeito me incomoda muito ver essas sub-habitações como ficavam.

Hoje nós não temos mais. Todas foram removidas. E a estranheza que nos causa é exatamente por isso. Nós queremos ofertar mais segurança para a rodovia. Este modelo de que nós estamos falando chamado “Praça-Parque”, eu tenho 50 na cidade instalado.

É colocado um gradil que gera proteção para a própria rodovia. E se tem algum óbice, nós gostaríamos de fazer uma quadra, a gente retira. O que nós não podemos é ficar sem contato. E qual o risco hoje? Se eu não mantiver constantemente equipe da GCM, máquinas, é questão de uma semana, pessoal, conter invasão não é uma questão fácil.

Quer dizer, além de fazer o que não era obrigação da prefeitura, eu estou cuidando da área, porque, venhamos, conter o movimento de invasão não é fácil, e a própria concessionária não consegue.

Vocês têm problema dessa ordem na Rodovia Imigrantes, ali em Diadema. Bom, eu não estou pedindo nenhum absurdo. Eu só quero o direito de poder oferecer algo melhor. Então, vou pôr aqui as imagens, é bem rapidinho, Sr. Presidente. Fica muito claro... Olha, aqui era o anterior. Aí a Rodovia Anchieta. Olha, olha o que era antes de a gente fazer a limpeza.

Todas essas árvores estavam ocupadas por debaixo. E aí nós fizemos a remoção sem criar nenhum problema para as famílias. Olha o que era. Então, quer dizer, isso pode ficar na margem da rodovia, agora, dá uma olhada.

Aí foi quando nós iniciamos. E esse é o jeito que a área se encontra hoje. Plenamente desocupada. Nós já havíamos, inclusive, iniciado um procedimento de limpeza para não ter acúmulo, tudo feito pelo município.

Esse bairro está sendo contemplado, vocês podem ver, com um programa da Secretaria de Estado da Habitação chamado “Viver Melhor”, aliás uma brilhante ideia do governo do estado já em fase bem adiantada. Tem uma área vazia, um muro, quer dizer, enorme, a gente ofereceu gradil nesta parte que está na altura da própria rodovia.

Então, eu fiz questão de trazer estas imagens da transformação, quer dizer. E aí, nós estamos dispostos a dialogar. Se não querem fazer um modelo, a gente aceita discutir outro modelo. O que não dá é para deixar esse terreno vazio. Essa é a nossa grande dúvida.

Então, da minha parte, Sr. Presidente, são essas as colocações. E aí cabe, naturalmente, pelos Srs. Deputados, o papel de saber o porquê que a gente pode conviver com uma invasão, mas não pode conviver com uma área de lazer em um espaço que nós reintegramos de volta ao Poder Público.

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Obrigado, prefeito Orlando Morando. Agradeço a sua exposição. Se V. Exa. puder tirar agora a apresentação. Aí, voltou ao normal. Eu passo a palavra, então, ao nosso presidente Milton Persoli. Obrigado mais uma vez, Milton, toda a diretoria.

Vou passar a V. S.<sup>a</sup> para que faça a sua exposição e as suas colocações. E aí, eu vou deixar a seu cargo, Dr. Milton, para que faça a distribuição aí dos assuntos aos diretores conforme V. Exa. for necessitando aí. Então, agradeço mais uma vez, em nome do Milton Persoli, toda a diretoria.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Estão nos ouvindo bem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Estamos, estamos ouvindo sim.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Está bom. A quem está presente nesta reunião, agradecer a presença dos nossos colegas, os nossos diretores.

O Rodrigo Barata, que é diretor da Diretoria de Assuntos Institucionais. Presente o Jorge Farah que é diretor da Diretoria de Controle Econômico e Financeiro, me perdoe. Está aqui o nosso procurador jurídico, procurador da PGR também, procurador da própria Artesp, o Dr. Guilherme.

Está aqui o novo diretor da Diretoria de Operações, o coronel Nyakas, que no momento do requerimento ainda era substituído pelo Sebastião Ricardo. Quem não está presente é o Sebastião Ricardo, porque ele está de licença médica, que houve um pequeno procedimento e tem uma licença com 10 dias, deve retornar na próxima semana. Somente isso.

Também presentes o João Luiz, diretor de Investimentos e o Caio, Dr. Caio, que é o nosso secretário executivo, chefe de gabinete. Antes de mais nada, Srs. Deputados, Sr. Presidente, quero manifestar sempre o nosso apreço pela Assembleia Legislativa e, mais ainda, pela Comissão de Transportes.

Nós fomos, eu, quando falo eu, somos nós Artesp, nós fomos convidados por vocês aí para fazer uma apresentação e na época dessa apresentação a deputada, nobre deputada, não estava presente nessa audiência, na qual nós pudemos informar e dedicar essa apresentação de todo o trabalho que é feito aqui na Artesp, de todo o acompanhamento, de tudo o que é feito em relação aos pleitos dos Srs. Deputados, Srs. Parlamentares.

Nós tivemos, ao menos neste ano, 274 atendimentos em diversas áreas, temos 274 atendimento híbridos, presenciais ou não, on-line, enfim. Nós temos um acompanhamento de todos os ofícios, de todos os pedidos individuais de cada um dos Srs. Deputados.

Nós temos o acompanhamento da tramitação de todos esses ofícios pela área Parlamentar e pelas diretorias diretamente envolvidas nesses casos. Então, são diversas solicitações. E aí, vocês são testemunhas de todo o trabalho que a gente tem de atendimento em dar sequência a esses pedidos.

A gente entende a atividade nobre do Parlamentar em trazer tanto o prefeito, o vereador, a própria comunidade, todo mundo para que tenha uma informação mais precisa aqui no momento com a Artesp.

Isso tem sido feito, está sendo feito e será assim até o término do nosso mandato. É uma orientação do nosso governador, do nosso vice-governador, para que a gente tenha cada vez mais proximidades com todos, principalmente com a Assembleia Legislativa, com os nobres Parlamentares.



Então, em momento algum nós estamos deixando que esse atendimento não seja priorizado. Em momento algum nós estamos deixando que esse atendimento não seja trazido como prioritário.

Em momento algum esses atendimentos são desconsiderados. É que em alguns casos, esses atendimentos são acrescidos de uma série de tramitações, alguns são pleitos antigos, que têm uma decisão já adotada, e os deputados, nobres deputados, trazem, os novos prefeitos, os novos vereadores para que tenham informações dessas decisões já tramitadas em alguns casos para que possam ser revistas.

Então, em muitos desses casos a gente acaba não tendo o final esperado, porque essa decisão já foi tomada, uma decisão que envolve uma alteração de contrato, envolve um momento diferente do que o pleito inicial.

Então, era isso que eu acho que precisaria fazer, esse esclarecimento inicial, deixar todo o nosso protesto de levar estima a vocês, deputados, ao próprio prefeito Orlando, também tivemos várias vezes em reuniões.

E logo a gente vai... Já me dedico exclusivamente a este processo, do qual a nobre deputada está se referindo. Mas, então, é isso que precisa ficar registrado.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Pela ordem.**

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL - Pela ordem.**

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB -** Só para esclarecer. Na verdade, uma das coisas que o presidente Milton Persoli estava dizendo sobre eu não estar presente na reunião, eu estava sim, Milton, eu me lembro muito bem. Inclusive, você, no momento, com a pauta do acesso do Km 18,5, que inclusive até hoje não terminou.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI -** Ah, é verdade.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB -** Presente na reunião. Eu não estava ausente não. É um engano do senhor.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI -** É verdade, me perdoe. É verdade, é verdade. A senhora estava presente sim. Agora que a senhora lembrou, eu estava até me

referindo ao acesso lá da (Inaudível.) do outro lado da Via Anchieta, no acesso que nós tivemos... Ele não terminou, depois a gente volta a falar um pouco sobre isso.

Mas, de qualquer forma, vocês puderam acompanhar todo o cuidado, todo o preparo, toda a dedicação que nós temos em relação ao pedido de vocês, nobres deputados. Então, isso não fica em um mero ofício, isso não fica tramitando de uma forma só oficialmente, isso tramita de uma forma até presencial, de uma forma que se desdobra para vistorias externas.

Enfim. Essa é a nossa função, nossa obrigação, mas eu queria deixar registrado que nós temos todo esse cuidado, esse apreço em relação a todos os pedidos de vocês, nobres deputados, em especial da Comissão de Transportes. Bom, quero falar um pouco exclusivamente sobre as tramitações aqui na Artesp.

As diretorias têm as suas funções determinadas pelo regulamento interno, e elas têm que ser cumpridas, e os seus trâmites têm que passar por essas diretorias. Então, não é uma decisão do diretor geral, não é uma decisão de cada diretoria em especial. O assunto deste caso foi iniciado em fevereiro, e aí se iniciou o processo já para uma análise inicial de uma diretoria que é diretoria de investimentos.

Essa diretoria fez uma análise preliminar, passa para a diretoria de operações, que faz uma análise no âmbito operacional, no âmbito da sinalização. E aí esse processo é passado e submetido a diversos técnicos, que se manifestam ao longo do processo.

Então, é um processo que tem a sua tramitação, e é acompanhada. Como se trata de um pedido de Parlamentar, a gente acompanha, e é feita uma gestão nesses processos. Este processo tramitou, foi para área técnica, foi para a área de sinalização, e se manifestou com alguma preocupação em relação aos dispositivos apresentados para inibir ou para causar uma segurança maior ao projeto.

Então, houve uma manifestação da área de segurança, houve uma manifestação da área de operações novamente, voltou para a área de projetos, para que pudesse apreciar o que foi dito pela área de segurança, para tentar buscar uma solução. Então, este processo voltou para dar conhecimento à área de origem, de análise da área de origem, e se manifestou de algumas alterações possíveis.

O processo volta de novo, é obrigação, isso é tramitação. A gente não pode não tramitar o processo, não pode deixar de circular. O prefeito sabe muito bem disso, a deputada também, que dentro da prefeitura tem diversas áreas que precisam ser consultadas, e essas áreas estão sendo consultadas ao longo do processo. Então, isso vem sendo consultado ao longo do processo.

Neste caso específico, nós tivemos algumas propostas de alteração de projeto, que foram levadas à prefeitura, fizemos uma vistoria em particular, nós, o diretor, a nobre deputada e o (Inaudível.) prefeito, para poder apurar um pouco melhor até o próprio pleito, para entender melhor ainda a necessidade.

Fizemos essa vistoria, depois foi repetida essa vistoria só com o nosso pessoal técnico, para fazer uma nova avaliação. Isso foi feito, essa nova avaliação, foi trazida ao processo essa nova avaliação, foram trazidas ao processo essas considerações dos técnicos da área de segurança, da área, enfim, de sinalização, da área de operações, da área de projetos.

Então, a tramitação é demorada por conta disso. Ela passa por essas áreas, ela recebe as contribuições. Findo este primeiro momento de contribuições, de análises, nós remetemos o processo para a CJ, que dá o parecer, primeiro (Inaudível.) que fala um pouco sobre o processo, sobre a área envolvendo a concessão.

Ela faz uma apreciação inicial e encaminha para a CJ. No caso da CJ, o nosso procurador está presente, ela vai fazer a análise do pleito em relação à legislação vigente. Houve uma interpretação, e existe uma legislação, existe um decreto, que existe uma faixa de domínio de 100 metros da Anchieta, onde esse decreto é vigente.

Nós não temos como fugir desse decreto, ele tem que ser cumprido. E manifestou, naquele momento, ele manifestou a existência desse decreto, a existência dessa necessidade de não se cumprir a colocação de alguma construção dentro da faixa de domínio.

Então, volta o processo novamente para as áreas técnicas para que a gente possa achar uma solução. Não se podendo construir uma retificação na área técnica, qual seria a solução para poder abrigar a área parque? Tudo isso dentro das tramitações legais. E (Inaudível.) uma gestão, deputada.

Nunca houve da nossa parte uma tramitação separada: “não, deixa correr o processo por conta”. De forma nenhuma, nós tivemos a gestão pessoal de cada diretor acompanhando esse processo.

É um processo demorado, é um processo em que são consultados e são trazidos elementos para dentro do processo que nós temos que debater. Esses elementos têm que ser questionados tecnicamente e trazer uma solução, que é o que nós estamos buscando, a solução. Não é simplesmente dar uma negativa, falar: “olha, nós temos o decreto-lei, esse decreto-lei não pode”.

Não é essa a nossa intenção. Em momento algum nós buscamos essa solução de uma simples resposta com uma simples negativa. Muito pelo contrário, nós estamos sempre buscando uma decisão, estamos buscando uma alternativa.

E se pensou uma nova vistoria, aí o coronel Nyakas já estava presente, fizemos uma nova vistoria, fizemos um novo parecer, submetemos a uma nova reunião interna, com a CJ, mais uma reunião, duas reuniões internas, para uma interpretação desse parecer.

Qual é a interpretação desse parecer? Uma identificação de caráter permanente não é possível, fere o decreto. Então, nós temos que alterar o projeto, é aquele que o prefeito falou. Não podemos ter nada de característica físicas permanentes, porque fere o decreto, e a gente está indo contra a lei. Então, mais a necessidade de voltar o processo, rever esse projeto, e aí o prefeito se colocou à disposição de que isso seja feito rapidamente.

E adaptar os dispositivos de proteção. A diretoria de operações junto com a área de segurança pediu reforço dos dispositivos de proteção dessa “Praça-Parque”, junto da rodovia.

Então, é o que nós estamos fazendo, propondo, já conversamos com a Ecovias, fizemos uma reunião com a Ecovias para tratar desse novo dispositivo, para tratar dessa nova área, dessa nova decisão, para que isso traga efetivamente uma solução e uma solução segura para todos nós.

A gente entende que o projeto é um projeto bom, a gente entende que foi uma área ocupada. A característica do prefeito é manter essa área sem ocupação. Você trazer a “Praça-Parque” para esse local é a solução.

Não vai haver uma nova invasão se for implantado esse projeto, se não tiver implantação fatalmente essa ocupação vai acontecer, essa reocupação. Então, a vinda do projeto (Inaudível.) parecer e também traz justificativa para a implantação desse projeto, traz justificativa para o enfrentamento da lei.

Então, todos esses pareceres que nós estamos juntando no processo, que vocês podem ver a qualquer momento, a gente está trazendo elementos para poder sustentar um parecer definitivo e enfrentar o decreto que proíbe e a lei. Então, a lei proíbe? Proíbe. Está bom. Mas, então, nós estamos trazendo elementos para poder não sair da lei, não fugir da lei, para poder interpretar e trazer uma situação que é real dentro da lei.

E a situação real é essa. É uma reocupação, é uma necessidade de reocupar o espaço sem invadir a ocupação. Então, nós estamos trazendo esses elementos, já fizemos a nossa última reunião na semana passada, o Caio estava presente.

Nós já trouxemos essas possibilidades de um juiz entender, interpretar que a não ocupação de uma área que seja uma “Praça-Parque”, sem edificação de caráter efetivo, de caráter permanente, é possível.

Então, é possível enfrentar, é possível se dar uma solução para essa situação. Então, nós estamos propondo a substituição de alguns elementos que constavam dentro do projeto para poder adaptar a essa nova realidade, para poder trazer isso.

Fizemos uma consulta mais recente ainda à Polícia Rodoviária Estadual, que também está se posicionando favorável. Então, todos os órgãos que estão diretamente relacionados ao processo estão sendo consultados, estão sendo trazidos para o processo, para que a gente tenha elementos suficientemente jurídicos, para que a gente não tenha nenhuma contestação, para que não haja nenhuma burla da lei.

Não é essa a intenção de vocês, não foi a intenção do prefeito nem a sua intenção, não é isso. É que a lei nos impõe essa restrição. E nós estamos buscando uma solução para que isso... A gente também entende que é um projeto importante, também entende que é uma solução para a área.

Porque não adianta você só preservar a área se não trazer uma ocupação. E a ocupação de uma “Praça-Parque” é mais adequada porque ela vai trazer um convívio, vai trazer uma situação, que dificilmente ela será ocupada.

Mas a vinda da “Praça-Parque” também impõe algumas necessidades. O reforço de sinalização, o reforço dos elementos de proteção, não só o gradil. Tem outras questões que nós já discutimos com a própria Ecovias, ela aceitou, ela está até repensando em um reforço maior ainda do que o que a gente está propondo para o projeto.

Então, basicamente são essas as informações que ao longo do processo, ao longo do tempo esse processo vem recebendo. O que eu posso garantir é que em momento algum esse processo ficou parado em alguma mesa, ficou para em alguma diretoria, ficou parado por uma questão burocrática.

De forma nenhuma. A gente entendeu desde o primeiro momento, desde a nossa visita, que era um projeto importante. Só que obrigatoriamente nós temos que passar por essas fases, obrigatoriamente nós temos que passar por essas consultas, temos que passar por essas diretorias. Embora elas estejam no mesmo prédio, elas têm a sua tramitação, têm o seu espaço, têm o seu tempo de tramitação, têm as suas análises.

Então, a gente reduz muito a passagem de uma diretoria para a outra, (Inaudível.) papel, tem uma série de requisitos que nós estamos impondo ao processo para que a gente tenha uma gestão mais efetiva.

Mas, voltando... Estou finalizando. É um processo no qual nós temos que enfrentar uma lei. Ela está lá, existente, e nos impõe uma restrição. E nós estamos buscando uma solução.

Era isso. Eu deixo aos colegas aí, se quiserem falar um pouco, o Caio, que está mais presente, o próprio promotor Guilherme, que está presente aqui (Inaudível.) o Caio acho que pode falar em nosso nome, ele que está com mais informação técnica que a gente tem para disponibilizar a vocês sobre esse pedido. Caio, por favor.

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Fica à vontade, Caio.

**O SR. CAIO MIRANDA CARNEIRO** - Obrigado, presidente. Obrigado a todos os deputados e deputadas, o prefeito Orlando Morando. Eu entendo perfeitamente, acho que os diretores também, a frustração.

Como é que pode uma faixa de domínio ser palco de invasão, de habitação em um curto espaço de tempo, gerando um trabalho muito maior para a prefeitura e uma simples adequação à área para preservar a faixa de domínio. A gente não está conseguindo com a velocidade desejada dar a resposta.

E a gente tem uma norma, que é esse decreto, eu mandei no chat, é o decreto-lei de 1943, que é uma norma super antiga, nem existia São Bernardo como município ainda, talvez em 1943, uma norma bem antiga, e ela dá os parâmetros das estradas de rodagem no estado.

E aí nessa norma, para a Rodovia Anchieta e para a Anhanguera foram definidos 100 metros de uma faixa de domínio, que é uma faixa de domínio maior do que o padrão das demais estradas, que é de 70 metros.

E aí, com isso, a gente tem uma anomalia que faz com que as margens da Anchieta, com a grande urbanização que teve em toda a região do ABC em São Paulo, em várias áreas a faixa de domínio já tem uma ocupação que esse decreto não permitiria.

Então, tem uma portaria do DR, que também regulamenta e define as regras do uso de faixa de domínio e tem um rol taxativo bem específico dos tipos de ocupação que são permitidos pela norma vigente.

E como este é um caso atípico, ou seja, é um caso que não é previsto, tem que ser criado esse entendimento. E eu acho que agora a gente está com a vistoria feita, com as imagens, com o apelo do prefeito, da deputada.

E a própria Polícia Rodoviária Federal dizendo que da forma que está hoje é perigoso, porque as crianças empinam pipa, jogam bola, cachorro vai para a avenida, vai para a estrada para pegar as coisas, e pode ser atropelado. Então, hoje já tem uma exposição ao risco ali que preocupa até a Polícia Rodoviária Estadual.

Então, acho que a gente está com esse contexto. Mesmo com as normas impedindo, ou seja, expressamente dizendo que não pode nenhum tipo de uso que não seja aquele da portaria do DR, com base no decreto-lei de 1943, é a gente criar um entendimento que permita juridicamente não desrespeitar afrontosamente o decreto-lei.

Inclusive precisa ser mudada, essa era uma outra pauta que a gente queria trazer depois para o presidente da Comissão. Tem algumas normas que se forem mudadas vai destravar bastante a Artesp. Hoje a Artesp está refém de regras antigas, e que a gente se submete ao DR em função dessas regras, porque o DR é reconhecido pelo DNIT pela RTT como órgão de trânsito e a Artesp não.

Então, tudo o que é faixa de domínio, acesso fica com base nas normas do DR. Então, espero ter esclarecido, se o Dr. Guilherme quiser complementar. Mas é isso. A gente, com as últimas reuniões e com essa posição da Polícia Rodoviária do Estado a gente vai conseguir criar um entendimento para permitir a “Praça-Parque”, que, ao contrário do que, para quem olhar só o papel, possa parecer, vai preservar a faixa de domínio. Com a “Praça-Parque” ali você evita que tenham barracos e aí sim um risco muito maior para todo mundo.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Pela ordem, presidente. (Inaudível.) Uma impressão?

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Eu não sei se alguém mais vai fazer uso da palavra, da diretoria da Artesp. Quer fazer pela ordem, deputada Carla?

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Eu gostaria.

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Pois não.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Bom, na verdade, em resposta, na verdade, à explanação do Milton Persoli, que justamente por entender, Milton, que o processo deve passar por diversas diretorias e áreas técnicas, foi o nosso pedido da reunião

conjunta, como fazemos aqui na Assembleia Legislativa quando nós queremos aprovar um projeto do governo ou de deputados também de uma maneira mais simples e mais rápida, nós chamamos um congresso de comissões.

E quando eu fiz o pedido desta reunião em conjunto com as diretorias da Artesp foi justamente com o mesmo intuito, conforme havia falado, para que a gente pudesse reunir todas as áreas que seriam as interessadas nesse assunto, para que a gente fizesse de uma maneira só, de uma vez só, todos os questionamentos, todas as adequações, para que isso fosse liberado o quanto antes.

Então, o meu pedido foi justamente dessa reunião em conjunto para liberação mais rápida. E quanto ao pedido, em nenhum momento, nem a prefeitura, nem o nosso gabinete teriam feito o pedido de alguma coisa fora do que seria permitido por lei.

Então, se você puder pegar pela portaria da superintendência do DR, nº 50, do dia 21 de julho de 2009, eu estou com ela aqui, depois, se quiser, eu posso... Deu para ver aí? Está embaçado, não é? Depois eu posso passar aqui as informações.

O superintendente do departamento de estradas e rodagens do estado de São Paulo, em conformidade com os incisos 6 e 7, do artigo nº 18, do regulamento básico do DR, aprovado pelo decreto 26.673, do dia 28 de janeiro de 1987 resolve: artigo 1º. Fica aprovado o regulamento para autorização do uso da faixa de domínio de estradas e rodovias integrantes da malha rodoviária do DR para implantação e utilização de dispositivos destinados a serviços de terceiros, públicos ou particulares, constantes de folhas, 246 a 290, no expediente nº 00230417, da superintendência de 2008.

O artigo nº 2, que compete à coordenadoria de operações por interveniência da gestora de assuntos especial da superintendência, cumprir e fazer, cumprir o regulamento ora aprovado, o qual acha-se disponibilizado no site do DR, e parágrafo único, em eventuais dúvidas e casos omissos, em especial no que se refere ao adequado período de transição, serão dirimidos pela gestora de assuntos especial, também da superintendência.

E o artigo nº 3, essa portaria entra em vigor na sua publicação revogando as portarias 90, 91, 37, 77, 93 e a 09. Então, foi em cima desta portaria o nosso pedido para que a gente possa utilizar aí essa área de domínio e conseguir controlar a ocupação, sendo que você vai trazer uma área para as pessoas poderem utilizar de uma maneira mais digna, trazendo um bem-estar a essa população.

Nós sabemos que ali é uma região bastante carente, e é uma comunidade, difícil controlar uma invasão, e somente trazendo uma área de lazer que a gente consegue ter



esse tipo de controle, porque a própria população vai controlar esse local e não vai deixar que as pessoas façam a invasão.

Então, o nosso pedido foi justamente no sentido de ajudar a Artesp também e a Ecovias, que na verdade deveriam ter agido nesse intuito desde o início da invasão não deixando que isso acontecesse. É isso. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Obrigado, deputada Carla. Eu devolvo a palavra, então, ao presidente Milton Persoli.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Em relação a... Obrigado pela contribuição com relação à portaria do DR. Nós levamos em consideração isso também. Estão sendo levadas todas as alternativas em consideração para buscar essa solução.

Eu trago para vocês essa informação de que a solução já apontada por todos nós, técnicos, todas as diretorias, já tem um parecer quase que definitivo e aprovada essa possibilidade de construção da “Praça-Parque”, com a alteração do projeto, para que a gente não tenha essas ocupações de caráter definitivo.

Então, são pequenas alterações no projeto, sobre a qual nós já conversamos até com o prefeito. Faremos uma reunião logo em seguida para a adaptação desse projeto ao nosso parecer. E do restante, já estava com esse caminho, deputada, a gente... O que eu peço a vocês, senhores deputados, é que a gente tem essa preocupação, a gente estava buscando exatamente essa solução.

É que são ouvidos os órgãos externos, são ouvidas as concessionárias, são ouvidos os diretores, são ouvidas as áreas técnicas das diretorias, todo esse trâmite que é burocrático, a gente entende, mas necessário para a construção de um processo para que não haja nenhuma contestação por quem que possa fazer, eventualmente, então o processo tem todos seus ritos cumpridos, tem (Inaudível.) da intenção de vocês, longe disso, de vocês trazerem um projeto que não teria uma aprovação.

Não é isso, é que quando você trata aqui da Artesp, as áreas se dedicam especificamente à legislação, no caso, a consultoria jurídica faz essa abordagem jurídica. Então, ele tem uma lei, ele tem um decreto, ele trouxe essa interpretação, trouxe (Inaudível.) do processo, nós estamos vencendo essa interpretação, nós estamos buscando trazer a solução.

E nós, a princípio, essa solução de a gente enfrentar como caráter não definitivo, com implantação de equipamentos que não têm essa característica, com alteração desse

projeto, trazer o projeto mais paisagístico, menos ocupação, com ocupação de caráter definitivo.

Trazer outros elementos de separação ou de segurança para a pista é a solução. A gente já discutiu com a concessionária, ela também já concordou, ela já está se preparando, já até orientamos a ela a possibilidade dessa alteração, dos outros dispositivos que nós estamos indicando para a prefeitura via concessionária, para executar a obra, quando ela for implantada aí junto à rodovia, e nós já estamos na fase final.

Era questão de tempo essa fase final. Mas está indo. Nós estamos abertos a essa explicação a qualquer momento. Em momento algum (Inaudível.) em momento algum nenhum diretor que aqui está presente e os que não estão também, mas essa diretoria, eu posso falar em nome de todos, não tem esse objetivo, não terá isso, faremos tantas reuniões possíveis e necessárias assim como vocês entenderem.

E nós temos feito isso individualmente, a cada deputado. Hoje atendemos uma série de prefeitos. Atendemos uma série de vereadores. Estamos buscando esse entendimento. Estamos buscando trazer as soluções. É esse o nosso objetivo, mas existem impeditivos. Existem impeditivos contratuais, existem impeditivos que trazem o reequilíbrio não programado dentro da concessão.

Então, você não pode impor o reequilíbrio de uma alteração de um pedido de obra, a inclusão de um pedido de obra dentro de uma concessão que não estava previsto. Requer um reequilíbrio, requer uma autorização prévia do poder concedente, que é do estado, requer todo o trabalho de orçamentação, para que a gente possa trazer uma solução.

Então, não é uma decisão da Artesp. A Artesp tem a obrigação e a obrigatoriedade de seguir todos esses ritos. Então, alguns pleitos de alguns deputados que nós temos recebido aqui são de inclusões de obras, são de inclusões de obras não previstas, são de inclusões de obras não previstas, em situações não previstas, de acesso, dispositivos, enfim, que trazem um desconforto para a região, nós entendemos isso.

Só que contratualmente não está previsto. Então, é preciso um tratamento contratual, precisa um procedimento burocrático, procedimento dentro do processo para que a gente caminhe e busque uma solução.

Então, quando você vai para apresentar um pleito de poder trazer a obra para ser reequilibrada dentro do contrato, nós precisamos trazer uma vantajosidade. É uma decisão que o poder concedente exige que a Artesp manifeste, essa vantajosidade.

Qual a vantajosidade de trazer essa obra para dentro do município, para dentro do contrato com a concessionária? Então, isso impõe uma série de contribuições técnicas que

vão diminuindo... Ou vão aumentando, perdão, aumentando o seu tempo de processo, o seu tempo de ofício, seu tempo de pedir.

Então, muitos desses pedidos também são feitos antigos, desde 2014, já atendemos um pleito, em 2014, que não tem solução, até agora não teve uma solução, e é trazido para esta mesa, é trazido para a Artesp, para esta diretoria buscar uma solução.

Então, nós estamos buscando. Então, tem situações que a gente enfrenta e que também foge ao nosso controle. Mas em momento algum nós estamos saindo dessa possibilidade de não atender, de não nos reunirmos, não enfrentarmos, não fazemos vistorias técnicas, não manifestarmos a posição de órgãos daqui de dentro.

Enfim, eu acho que era isso, com relação a esse pedido específico da deputada Carla e do prefeito Orlando. Então, eu acho que a gente está já com essa momento final de decisão. E agora, a gente adaptar a decisão interna aqui ao projeto e as condições que o projeto receberá para implantação.

Então, a gente estava nesse prazo final. Eu já havia dito à senhora, deputada, que a gente já estava no prazo final de solução, de buscar solução para poder trazer essa solução ao processo e impor essas condições de alterações de projeto, aumentar a segurança para que a gente pudesse ter efetividade para a implantação da “Praça-Parque”.

**O SR. ORLANDO MORANDO** - Presidente, posso fazer só uma pergunta?

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Pois não, prefeito.

**O SR. ORLANDO MORANDO** - Da minha parte está muito claro. Eu fico à disposição para fazer os ajustes do projeto.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Será realizado, prefeito.

**O SR. ORLANDO MORANDO** - Demandaram imediatamente, eu estou à disposição. A única coisa, Sr. Milton Persoli. Você acredita que a gente consiga viabilizar isso ainda para o mês de novembro? (Inaudível.)

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Prefeito, a nossa decisão já está praticamente concluída. A decisão técnica e a decisão do parecer que vai embasar a decisão jurídica já estão praticamente concluídas.

E agora, com essa conclusão já existe a disponibilidade de alteração no projeto, e aí fica mais a critério do senhor, da própria concessionária de fazer essa adaptação rápida, trazer o processo para cá, a gente endossa o que for colocado como condição, para que a gente possa ter isso. Eu acredito que nós vamos vencer isso rapidamente. Da nossa parte, a conclusão já está quase que, acho que já está concluída.

**O SR. ORLANDO MORANDO** - Ótimo. Presidente, da minha parte está... Tenho só que agradecer à Comissão de Transportes, em nome de todos os Srs. Deputados, em seu nome, o presidente da Comissão Rafa Zimbaldi. Agradecer, mais uma vez, a minha esposa, pelo empenho, um assunto que, confesso, não imaginava tivesse que ter um desdobro tão difícil. Reconheço as dificuldades, mas não justifica, por uma única razão. O tempo da sociedade não é o mesmo tempo que nós, muitas vezes, queremos dar a eles.

Quase um ano, sabendo de todas as dificuldades, sabendo, eventualmente, até do acúmulo de processos, mas não justifica desde fevereiro. Mas, enfim, o importante é que o resultado será positivo. E tenho certeza que vai ser um ganho para a cidade, um ganho para a concessionária e um ganho para todos.

Afinal de contas, de uma área ocupada irregularmente nós vamos ter ali uma área de lazer dando maior proteção. Então, eu fico à disposição de quem for demandar aí. Não precisa nem tratar com secretário, o Nyakas tem, o coronel Nyakas tem o meu celular, pode demandar diretamente a mim esse tema, que nós vamos também dar a devolutiva na maior velocidade possível.

Então, mais uma vez eu queria agradecer a todos os deputados desta Comissão pelo apreço que tiveram com a cidade de São Bernardo ao aprovarem esta convocação, lembrando que eu vim na condição de convidado, e não de convocado. Mais uma vez, muito obrigado, presidente Rafa Zimbaldi.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Obrigado, prefeito Orlando Morando. Eu passo a palavra, então, que pediu para a inscrição, deputado Roberto Morais, depois deputado Ricardo Madalena.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Obrigado, presidente Rafa Zimbaldi. Que alegria rever o grande amigo Orlando Morando. Prazer em ser deputado,

foi nosso presidente da Comissão de Transportes, hoje vivendo aí com a sua esposa, a Carla Morando, é um prazer, parabéns realmente, parabéns, viu, Orlando?

Você faz um grande trabalho na nossa cidade, uma das maiores cidades do País, que é São Bernardo. Sabemos o peso dessa cidade. Você tem conduzido com muita seriedade, muita ética e com muita transparência. E a Carla, parabéns, Carla, foi bom te conhecer nesse período aí, tem feito um grande trabalho.

Eu tinha solicitado hoje de manhã inclusive, até agradeço ao Milton Persoli, a gente faria hoje de manhã uma reunião on-line, mas tivemos uma inauguração de um grande programa de saúde da família em Piracicaba, lá nos bairros mais distantes aqui da zona rural (Inaudível.) nós cancelamos, mas valeu a pena.

Presidente, o senhor sabe que eu tenho insistido naqueles 3 km. Parece que esqueceram de mim, ali debaixo da passarela (Inaudível.) até o Rio Corumbataí, na rodovia SP-304, a Geraldo de Barros, que entrou na concessão PIPa e acabou não sendo incluída nesse plano.

Então, estamos aguardando uma posição oficial. E também queria saber do seguinte. Por que que a concessionária Eixo... Eu não sabia também das novas concessões, embora eu defenda, se você tem que andar 20 km por hora, tem que andar a 20 km por hora, questão de segurança, 40 km por hora é 40 km por hora. 80 km por hora é 80 km por hora.

Quando eu comecei a receber amigos de Charqueado, onde eu nasci, e tem um pedágio bem ao lado do bairro em que eu nasci, que é o bairro de Recreio. E também de São Pedro, recebendo 30, 40 multas por ultrapassarem os 40 km por horas. Eles não estão certos. Eles estão dizendo... Porque nas antigas concessões não havia, na verdade, a multa.

Eu sei que essa multa não vai nem para a Artesp nem para a concessionário. Mas eu gostaria de saber por que que demorou tanto para a concessionária Eixo comunicar que ali haveria multa, e se vamos também ter multas nas outras concessões do estado de São Paulo, que foram feitas na época pelo saudoso e querido governador Mário Covas, em 1996, quando era vereador aqui em Piracicaba.

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Bom, passo, então, a palavra ao nosso presidente Milton Persoli.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Deputado, prazer novamente falar com o senhor. A gente acolheu o seu pedido hoje. Amanhã nós faremos essa reunião em

substituição à data de hoje. Está tranquilo. Amanhã a gente falará sobre o seu pleito aí, tá?

Segundo, nós já nos manifestamos diversas vezes, prefeito de Piracicaba até esteve aqui também pessoalmente, a gente já se manifestou sobre esse deslocamento desses 3 km da concessão da Eixo. O senhor manifesta aqui que esses 3 km deveriam ser anteriores, embaixo da ponte do Rio Klabin.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Não, não, não. Pela ordem. Não. Embaixo da ponte do Rio Klabin é o rio. É entre a passarela.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Isso.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - (Inaudível.) onde começa a 304, até os 3 km. (Inaudível.)

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Até o (Inaudível.)

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Do Klabin, que é ponte do rio Corumbataí. Embaixo da ponte passa o rio.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Isso. Até a ponte do Rio Klabin. Perdão. Então, é isso. Nós fizemos essa conversa, nós identificamos isso, isso já foi uma questão dada no contrato, quando foi feita a primeira análise da Eixo, lá atrás, e foi levado já o pleito dos trechos que seriam concessionados, esse trecho já estava incluído.

Mesmo porque o entendimento, nós fomos buscar um pouco o histórico, o entendimento dessa inclusão desse trecho posterior ao ponto inicial, esse trecho de 3 km está dentro de uma área que é uma área municipal, uma área urbana, de tráfego urbano. Então, trazer isso para dentro da concessão daqui foi o entendimento que foi feito na época lá, deputado.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - É a rodovia, presidente.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Então, a gente também entende, mas naquele momento o contrato (Inaudível.) e a modelagem indicavam no momento que era

uma área urbana e que teria essa dificuldade. Então, optou-se por levar esses 3 km à frente, fora dessa área urbana. Mesmo porque, o que vai contemplar Piracicaba é o anel metropolitano que está sendo pleiteado pelo senhor inclusive, pelo prefeito, que é o grande pleito aí da região de Piracicaba é completar o anel metropolitano de Piracicaba.

Foi dito também na ocasião que nós temos a cada quatro anos agora a inclusão de uma possibilidade de inclusão nos contratos, então foi manifestado ao senhor, neste momento, se a gente tem essa cláusula que impõe essa revisão ordinária a cada quatro anos, não nos dá condição de a gente trazer um novo pleito fora desse período.

Então, os novos pleitos, que é o que o senhor está nos pedindo para trazer esses 3 km a serem adicionados ao contrato da concessão, serão incluídos agora na revisão ordinária.

Nós não temos como trazer isso agora. A própria constituição do parágrafo que trata sobre a revisão ordinária nos impõe essa dificuldade. Se tem uma revisão ordinária a cada quatro anos, é a cada quatro anos que esses pleitos são atualizados e são incluídos ou são analisados.

Então, no seu caso, a gente até já está prevendo essa inclusão desse pleito na revisão ordinária. Nós já temos um ano e meio de revisão, a gente entende que é um prazo longo para o usuário, a gente entende a penalização, mas é uma das indicações contratuais que nós somos obrigados a cumprir. Está lá no contrato, eu não posso fazer uma alteração a não ser na revisão ordinária. Então, essa é uma das nossas necessidades.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Pela ordem, presidente.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Por favor.

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Pois não, deputado.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Você nasceu no interior ou na capital?

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Eu?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Não entendi, deputado.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Não, não. Não. O Persoli.

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - O Persoli.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Você nasceu no interior ou na capital?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Eu nasci na capital, aqui em São Paulo.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Então, quem nasceu no interior, a cidade foi para cima da rodovia. Já é um local duplicado. A rodovia que foi tomada pela cidade. Ali é uma SP, não é uma vicinal. Então, a gente realmente não concorda. Espero que resolva isso nos próximos três anos, porque ficou muito ruim...

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Está resolvido já.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Está resolvido?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Já vai ser incluído lá, deputado. Já tá incluído.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Sim, só que o entorno é da...

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Deputado, cortou o seu áudio.  
Deputado Roberto Moraes.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Desculpa. Só que pelo contrato, é daqui a 6, 7 anos que vai sair o entorno. E Piracicaba não tem condições, com caminhões de cana, de lenha, de 70 toneladas passando pelo local. Já disse isso para o senhor. (Inaudível.)

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Se o senhor me permitir, só um segundo, se o senhor me permitir, o senhor está pedindo uma antecipação daquela obrigação contratual de executar o anel metropolitano de Piracicaba, é isso?



**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - Sim.**

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI -** É um outro pleito. O segundo pleito é a antecipação dessa obra. Isso nós estamos tratando também. Nós conversamos com o senhor, conversamos com o prefeito de Piracicaba, ele até falou que ia conversar com o senhor, que ia discutir isso com o senhor, que é a pessoa que tem maior interesse nisso e está muito dedicada a isso.

Ele falou, Milton, o deputado é a pessoa que está mais dedicada a isso, eu vou conversar com ele para a gente ter um entendimento e trazer para vocês aqui na Artesp uma solução ou uma proposta de solução. Nós estamos aguardando, não sei se ele conversou com o senhor de a gente esperá-los para trazer essa proposta que ele vai formular aqui para a gente.

Ele me falou isso, ele esteve aqui presente para falar: “olha, eu vou procurar o deputado, o deputado, eu e o deputado vamos trazer o pleito para vocês aqui, que é o maior interessado, e antecipar esse cronograma de obras da Eixo”.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA -** Eu falei com o Luciano hoje. Com relação à Eixo, não ter comunicado a cobrança, não, que teria multa, eu concordo que ninguém deve extrapolar o limite de velocidade, mas como no estado todo só vai valer na concessão PIPa ou valerá para todas as concessões do estado de São Paulo?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI -** Olha, eu não sei se nós estamos... Se eu entendi bem, o nosso entendimento aqui (Inaudível.) o senhor fala da restrição de velocidade para 40 km por hora, a gente entende que é dentro da praça de pedágio. Existe na praça de pedágio aquele radar eletrônico que acusa a velocidade, esse radar é homologado e operado pelo DR, é um imposição do DR.

Então, toda a legislação recorrente e decorrente desse dispositivo de radar fica a critério do próprio DR. Não que a gente esteja transferindo a responsabilidade: “ah, isso é problema do DR, eu não estou resolvendo”. Não é isso. É que especificamente os radares nesse ponto são homologados junto da concessionário pelo DR. Inclusive a concessionária aguarda ainda a homologação do DR para poder liberar.

Então, quando houve essa (Inaudível.) eu não sei como é que foi a tratativa, o senhor está falando que não houve a divulgação por parte da concessionária.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Eu estou falando da concessão PIPa. Por exemplo, a Anchieta, que passa lá perto do (Inaudível.) amigo e amiga, Orlando e Carla Morando, ali se passar acima de 40 km por hora, que é uma concessão antiga, vai ter multa ou não?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - O senhor está falando agora da Eixo?

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - A Eixo está multando. Estou falando das antigas concessões. Também terá multa ou não?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Não, vai ter. Está regulamentado lá. Tem uma velocidade regulamentada dentro da... Se nós estamos falando do mesmo assunto, pode ser que eu esteja errado, desculpa.

Nós estamos falando daquela praça de pedágio, a hora que ele entra na praça de pedágio, ele tem uma redução de velocidade, ele vem em uma redução progressiva, ele vem de 110 ou 100, vem para 80, vem para 60, vem para 50 e ele entra próximo já do box dele de que ele vai se deslocar, ou manual ou automático.

Aí ele tem uma redução especificamente no automático que não tem a cobrança, a parada obrigatória. Então, existe uma redução para 40 km por hora, existe uma placa de regulamentação e existe um radar que fica operando lá, e esse radar é operado pelo DR e ele multa. Ele é fácil de multar.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Dr. Milton. Faz 23 anos que eu sou deputado, e eu uso a Bandeirantes. Nunca teve multa ali. Eu uso um carro oficial, não passo acima de 40 km por hora. Se o meu motorista passar será exonerado. Mas eu vejo passando caminhão, carros, ônibus acima disso. É isso que eu quero perguntar para o senhor.

As antigas concessões também estão multando, sim ou não? Que a Eixo, que é a nova concessão, é a última concessão, é a única que está multando. Eu entendo (Inaudível.)

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - A regulamentação é para todas, não tem distinção. A Eixo. É o DR. Eu vou fazer uma consulta agora com essa reunião, nós vamos criar um documento, eu vou fazer uma consulta ao DR, qual é o critério?

A princípio, o critério é cobrança para todos. Se tem uma regulamentação, tem um dispositivo redutor de velocidade, tem um radar que fica inibindo a velocidade, um radar fotográfico, e ele indica a velocidade com que você passou, ele indica as luzes vermelha e verde se você ultrapassou esse limite, se ultrapassou ele é registrado e é convertido em autuação e multa. Isso é uma orientação que o DR dá. Agora, eu posso fazer essa consulta, nós vamos fazer essa consulta (Inaudível.)

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Se o senhor puder me responder isso oficialmente eu agradeço.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Está bom.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - E mais uma coisa, solidariedade ao Orlando e à Carla Morando, estou há quase um ano aí para marcar uma reunião na Artesp. Obrigado, Rafa.

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Obrigado, deputado Roberto Morais. Prefeito Orlando, fique à vontade se Vossa Excelência... Ou se quiser acompanhar, sempre será um prazer tê-lo aqui conosco.

**O SR. ORLANDO MORANDO** - Presidente, eu vou pedir licença, mais uma vez agradecendo, mas eu vou me retirar da reunião, considerando que a pauta que envolvia São Bernardo já foi esclarecida e exaurida. Mais uma vez agradecendo aí toda a equipe da Artesp. Uma boa tarde para todos vocês.

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Obrigado. Boa tarde, deputado Orlando Morando. Agradeço... Deputado, não, prefeito Orlando Morando. Obrigado pelo carinho aí. Mais uma vez te agradecer todo o apoio em Campinas. Obrigado. Deputado Ricardo Madalena tem a palavra.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - Cumprimentar...

**O SR. CEZAR - PSDB** - Pela ordem, Sr. Presidente. Anota o meu nome aí.

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Está anotado, deputado Cezar, V. Exa. já é o próximo.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - Posso falar?

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Pode, deputado Madalena.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - Quero cumprimentar a todos que participam desta importante Comissão de Transportes e Comunicações, todos os pares. À diretoria da Artesp. Foi satisfatória, com certeza, a questão da Carla Morando, a nossa colega, junto do prefeito de São Bernardo, uma importante cidade do estado de São Paulo.

Na verdade, aproveito o ensejo para a gente fazer dois questionamentos à diretoria da Artesp. Um, que nós estamos tramitando um processo, no qual eu recebi a informação de que nós teríamos uma posição da tramitação na CJ, na DOP, em 2019 e 2020, março de 2020, seria a resposta do término deste processo.

E até o momento não se findou. Eu tenho aqui o protocolo da Artesp, gostaria que a diretoria tomasse ciência deste protocolo nº 399.510. Nós estamos aproximadamente há quatro anos tramitando um processo da permuta de uma marginal no município de Santa Cruz do Rio Pardo. Que seria a inclusão da obra da “Marginal Pista Leste”, na SP-327, protocolo da Artesp 460.342. (Inaudível.)

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Deputado Cezar, seu microfone está aberto, viu deputado Cezar? (Inaudível.)

**O SR. CEZAR - PSDB** - (Inaudível.)

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Deputado Madalena.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - E o cancelamento da obra da marginal na SP-225, é o protocolo nº 467.341. É um absurdo esperar praticamente quatro anos e com dois anos dizendo que ia dar uma posição em três meses. Isso já faz dois anos. E não

culpo essa diretoria, que tomou posse aí. Isso vem de outras gestões passadas e é só a “somebody love”, promete, promete e não cumpre.

Então, eu gostaria que tomasse ciência e desse uma resposta no prazo regimental, Sr. Presidente, gostaria que constasse em Ata e corresse o prazo regimental para nos dar uma posição desta importante obra, e até o momento nós não tivemos nem ainda o sim nem o não, infelizmente.

Há quatro anos sem resposta de uma importante demanda que vai trazer um benefício imensurável para a população de Santa Cruz do Rio Pardo e toda a região. E a outra demanda, isso eu posso municiar a Artesp com o que foi respondido por este órgão Artesp, com os prazos que nos deram e não tomaram nenhuma posição.

E a outra posição que eu gostaria de saber, se já houve, esta já é a segunda, a respeito dos vencimentos aí dos contratos com relação às concessões rodoviárias, se já foi feita alguma solicitação das concessionárias para prorrogação do prazo, haja vista que foi aprovado...

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - (Inaudível.) liga lá para o Elzo...

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - À noite, há três anos atrás para que houvesse a possibilidade de renovar as concessões. E na minha opinião, como engenheiro, por ter um pouco de conhecimento na área, nós tivemos ainda há pouco a concessão da Dutra, que não foi renovada, e um desconto de 35% para a população, os usuários da rodovia.

Então, seria de fundamental importância. Eu oficializarei a Artesp para a gente saber em que pé que está andando a questão aí da renovação das concessões ou se a Artesp já está tomando medida para poder licitar as concessões que vencerão. Essas seriam as duas solicitações das quais eu gostaria de obter resposta, Sr. Presidente.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Presidente, o senhor precisa (Inaudível.)

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Presidente Milton Persoli tem a palavra.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Obrigado, deputado. Um prazer novamente ouvi-lo. Prazer. Eu anotei aqui os processos, os dois, o nº 399.510 e o nº 467.341, que está como de março de 2020, eu estou pedindo para levantar esses processos, o senhor vai ter uma resposta em breve aí para a gente identificar.

Com relação aos vencimentos dos contratos, nós não fizemos nenhum conhecimento de uma prorrogação antecipada. Por parte da Artesp aqui nós não tivemos nenhuma concessão com sua antecipação, com sua prorrogação antecipada aí, para a gente poder celebrar novos contratos.

O que a gente tem, nós já fizemos nas três vincendo, o que já se venceu nós fizemos a implantação e aí o chamamento e o edital das três que estão hoje acontecendo aí, nós estamos buscando uma nova concessão, fizemos uma audiência pública recentemente aí da concessão do lote Noroeste que envolve a Triângulo do sol e a Tebe que tem um vencimento próximo aí já bem próximo das datas.

Isso já nos dá a condição de buscar todo o encaminhamento de um novo edital, e estamos buscando, encerramos na semana passada a audiência pública, e estamos executando agora a consulta pública para finalizar os estudos que vão demandar o edital do lote Noroeste.

Então, à medida que esses contratos vão vencendo, o governo do estado se manifesta e a Artesp é chamada para iniciar a elaboração desse edital em conjunto com o governo do estado, com as entidades que são trazidas para contribuir com seus modelos de concessão.

Então, fica aqui o nosso compromisso de passar a esta Comissão de Transportes, se houver interesse, da audiência pública que foi trazida para a concessão do lote Noroeste, e vem um pouco ao encontro do que o senhor está manifestando, que é o interesse das concessões dos novos editais à medida que essas concessões vão apresentando seu vencimento. Eu acho que era isso, não é, deputado?

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - Pois não, Milton, exatamente. As concessões que estão vencendo, então não estão sendo renovadas? Está saindo para novos editais, que trarão a possibilidade de novas empresas participarem do certame licitatório. É isso, pelo que eu entendi da sua fala?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Só para o senhor ter uma ideia, a Vianorte venceu e entrou, no seu lugar, edital da Entrevias. A Autovias virou ViaPaulista. E a Centrovias virou a Eixo. Viraram as três concessões mais recentes, virou a Eixo agora.

Então, à medida que essas concessões foram tendo seu vencimento, o governo do estado manifestou e iniciou o processo de concessão. Então, as três últimas foram estas: ViaPaulista, a Entrevias, a Autovias virou a ViaPaulista e a última, mais recente, a Centrovias foi assumida pelo novo edital da Eixo.

E nós estamos buscando já, nós temos o lote Litoral, e já fizemos a nossa audiência pública, as consultas públicas, todo o trabalho do lote Litoral já está no processo final de republicação, estamos aguardando a decisão do governo de republicação do lote Litoral. E que é uma concessão nova. Mas as concessões existentes, o lote Noroeste atende ao pedido que o senhor acabou de nos fazer.

E aí fica a seu critério, a critério da Comissão, de nós apresentarmos a vocês aí a audiência pública que traz essas informações iniciais, que contém, com o estudo inicial, esse novo lote Noroeste, que contempla o Triângulo do Sol e a Tebe, que vão ter seus encerramentos aí rapidamente em uma demanda do processo judicial da Tebe, mas independente disso nós estamos tratando e está sendo trazido um novo modelo de edital para (Inaudível.) as novas concessões.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - E na sua concepção, isso foi de grande valia para o usuário da rodovia? Houve desconto com essas novas licitações e essas novas concessionárias, ocorreu o desconto? Acho que era bom você botar o advogado para falar aí, em vez de passar para você responder. É o diretor jurídico aí?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Está aqui presente. Está aqui também, deputado, nós estamos aqui. (Inaudível.)

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - Pede para ele falar, porque eu acho que ele vai falar com mais precisão a questão do desconto.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Com mais propriedade. Pois não. Tem o Rodrigo Barata, que é da DAI. E tem o Guilherme, o nosso Guilherme, que é o Dr. Guilherme, que é o consultor da PGE.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - O Dr. Guilherme é o que está aí de paletó e gravata?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - É.**

**O SR. GUILHERME MARTINS PELLEGRINI** - Bom dia, deputado.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - Bom dia, Guilherme, tudo bem? Essas novas concessões cujos editais venceram, houve desconto para os usuários com a nova entrada dessas concessões ou não?

**O SR. GUILHERME MARTINS PELLEGRINI** - Sim. As tarifas foram fixadas no edital, foram cerca de 10% a 20% mais baixas do que as tarifas da primeira etapa.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - Das que eram praticadas?

**O SR. GUILHERME MARTINS PELLEGRINI** - Isso. No começo do programa de concessão do estado de São Paulo, na década de 1990, era um outro cenário econômico, então as tarifas quilométricas da época eram realmente bem mais altas do que as concessões que foram firmadas depois, na segunda etapa, em 2008. Então, está sendo possível nestas novas concessões soltar o edital com uma tarifa mais baixa do que as então praticadas.

E a Artesp também introduziu algumas outras inovações para privilegiar o usuário que acaba utilizando muito a rodovia, em especial, vocês podem depois pegar a informação mais detalhada dos editais, tem um mecanismo que é chamado de desconto de usuário frequente, o DUF, que é como se fosse um programa assim de fidelidade, quer dizer, a cada mais vezes que o usuário utiliza a rodovia, ele tem mais descontos. Então, o usuário (Inaudível.)

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - Eu tenho conhecimento disso.

**O SR. GUILHERME MARTINS PELLEGRINI** - Claro. Sim. Exatamente.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - Deixa eu ser bastante objetivo, Guilherme.



**O SR. GUILHERME MARTINS PELLEGRINI - Claro.**

**O SR. RICARDO MADALENA - PL -** Na prática houve queda no pedágio com essas novas concessões? Isso refletiu para o usuário ou não?

**O SR. GUILHERME MARTINS PELLEGRINI -** Sim, essas três que venceram, a nova tarifa é menor do que a então praticada.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL -** Você pode me dar um exemplo de uma rodovia, o valor era X e agora é Y.

**O SR. GUILHERME MARTINS PELLEGRINI -** A gente precisa pegar a praça exatamente, mas a Autovias, na Anhanguera, na região do Ribeirão, teve uma redução de pedágio.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL -** De quantos por cento?

**O SR. GUILHERME MARTINS PELLEGRINI -** Preciso pegar a informação detalhada para te passar.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL -** Presidente, eu gostaria que constasse em Ata, para que apresentasse para esta Comissão todo o processo licitatório e o desconto que foi obtido. E também quais são as rodovias em que houve esse desconto e cópia do edital na íntegra, para a gente ver se o sistema que foi adotado, nós tivemos, do governo federal, um desconto de 35%.

E que tipo de edital foi praticado, porque normalmente nos vencimentos que estão ocorrendo agora com 25 anos, 30 anos de concessão, 90% do que era para ser viabilizado e construído foram feitos, então agora é manutenção.

Nós teríamos que ter uma redução significativa. Isso cabe à Artesp. Então, se você puser um edital com valor mínimo a ser cumprido e não aberto, nós vamos cercar, e quem vai pagar isso é o usuário, é a nossa população. Gostaria de saber...

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA -** Pela ordem, deputado.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - Só um minutinho, por favor. Gostaria de saber se isso foi observado pelo corpo técnico da Artesp, Sr. Presidente.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Sim.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - (Inaudível.) Roberto.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Sim.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Deputado Ricardo, o senhor foi do DNIT. A gente faz um reunião desta aqui, em uma tarde de quarta-feira, e nós temos aqui a preocupação de perguntas que não são respondidas.

E a gente é da base de apoio do governo, sem querer acusar ninguém, mas assim, a gente faz pergunta, não tem resposta. Eu acho isso simplesmente lamentável.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - Pois não, Roberto, eu acho que isso tem que mudar, com certeza, essa concepção do atendimento. Eu acho que essa diretoria está provando isso, através do Milton Persoli, a boa vontade, espero que realmente se finde com os argumentos que foram ditos aqui, com o caso pontual que nós acabamos de presenciar, de São Bernardo.

Também acredito que vamos obter as respostas aí. E sem dúvida nenhuma nós estamos aqui para defender o consumidor, ou seja, que está lá na ponta pagando pedágio. Nós sabemos da política do governo, e infelizmente são altíssimos os pedágios. E é um momento ímpar, em que estão vencendo as concessões, e nós queremos a redução de pedágio.

E isso é possível desde que o corpo técnico deste importante órgão, que é a Artesp, que tem conhecimento específico e técnico, faça a sua parte, pensando no usuário. É isso que nós estamos aqui para defender, Roberto. E tenho convicção de que o seu pensamento vai ao encontro com o que nós acabamos de dizer aqui.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Ricardo, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Pela ordem.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - (Inaudível.) mandatos na Assembleia. Fui da comissão aí da Artesp, estou aqui na Comissão de Transporte desde 2006. Só que, assim, a gente é cobrado na nossa base, a cobrança, valor de pedágio, aí faz uma audiência dessa, a imprensa nossa de Piracicaba está cobrindo, eu não tenho o que falar, eu não tenho resposta.

Isso é lamentável, extremamente lamentável. Eu com 61 anos de idade, fui vereador 6 anos em Piracicaba, estou há 23 anos como deputado. Nós somos a base aliada do governo, sempre fui. Nós criamos a Artesp quando eu cheguei na Assembleia, nunca votamos contra, agora não podemos sair daqui com dúvidas.

Quando se faz uma pergunta, essa pergunta tem que ser respondida. Ninguém sabe se as antigas concessões estão cobrando multa ou não. E a atual concessão da Eixo está? Isso para mim é extremamente lamentável, com todo o respeito ao Dr. Milton Persoli, à sua equipe.

Eu tinha marcado, ele foi muito solícito hoje, a gente faria de manhã, eu só não participei, já falei, em função da inauguração de um PSF na minha cidade. Mas não podemos ficar aqui em dúvidas. Eu estou com a imprensa toda aqui de Piracicaba, aqui trabalhando do meu lado. Eu falei, não escreve nada, porque não tenho resposta.

Isso não existe no governo do estado. E é o estado de São Paulo, um dos maiores estados da nossa Federação, um dos maiores estados da América. Nós temos que ter técnicos aí que saibam responder.

Desculpa, Dr. Milton, nada contra o senhor. Mas quando a gente faz uma pergunta, eu acho que a gente tem que ter gente preparada aí ao seu lado, não é nem o senhor, seus assessores para responder.

Eu não sei se a Rodovia dos Bandeirantes está multando. E mais uma vez, eu estou defendendo, quem passar acima de 40 km por hora tem que respeitar a legislação de trânsito. Você foi do DNIT, Madalena, você sabe disso, como é que funciona. Não estou defendendo quem está ultrapassando acima da velocidade.

Só que preciso responder. A Bandeirantes vai multar? A Anhanguera vai multar? A Piracicaba-Limeira vai multar? A Piracicaba-Rio-Claro vai multar? A Washington Luís vai multar? Eu não sei responder.

Só sei responder que a Eixo está multando, e que esse dinheiro, segundo eu soube, não vai nem para a concessionária e não vai nem para a Artesp, vai para o governo do

estado. Eu quero saber se é mais uma maneira de fazer arrecadação para o estado de São Paulo. Só isso.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - Resumindo, Sr. Presidente, poderíamos ver, Sr. Presidente, posso fazer uso da palavra para fechar?

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Pode, Madalena.

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - Sr. Presidente, gostaria de ver se há possibilidade de contratação de profissionais da área de engenharia, principalmente na área rodoviária e ferroviária, por esta Comissão, que eu desconheço, para a gente questionar a Artesp, em todos os sentidos.

O pouco de conhecimento que eu tenho, se nós deixarmos em vão, vai continuar da forma que estava. Deposito confiança na diretoria sob a tutela do Milton Persoli, mas eu acho que nós temos que ser mais incisivos na cobrança e trazer pessoas de conhecimento para nos ajudar, porque para nós como mandato se torna praticamente inviável o tanto de demanda, o tanto de municípios, o tanto de ações que nós temos.

Se esta Comissão pode contratar um engenheiro para a gente monitorar todas as ações, fazer em conjunto. Quero parabenizar aqui o Milton Persoli, que me mandou Marquezim esta semana, algo que nós tínhamos com o Mauriti, que fazia com maestria o atendimento aos deputados, espero que também esse senhor que esteve aqui conosco faça da forma que fazia, é importante essa interlocução com a diretoria.

E retomo a minha fala, eu acho importante nós criarmos pessoas que tenham conhecimento específico da área, porque em muitas das vezes eu vejo um processo de suma importância para a população há quatro anos tramitando na Artesp, sendo que em dois, três meses eu obteria a resposta. Infelizmente é uma falácia.

E eu acho que isso tem que mudar. Eu sou da opinião, como o Roberto falou, e eu acho que isso cabe a todos os demais que aqui estão, que é inadmissível o Parlamentar, muitos aqui que sofrem por estar votando, dando a sustentação a processos polêmicos aqui, mas que realmente lá no final vai trazer benefício à população, e nós somos da base, mas nós não podemos continuar como estamos em relação ao atendimento aos Parlamentares por este órgão de suma importância no estado de São Paulo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Obrigado, Madalena. Eu não tenho essa informação, se é possível a contratação ou não, nós vamos encaminhar à secretaria, aí depois darei retorno a Vossa Excelência. Eu passo a palavra ao presidente Milton Persoli, para que faça as suas considerações. Mas antes eu queria... Eu estou precisando me ausentar, eu vou pedir ao deputado Cezar para que conduza...

**O SR. CEZAR - PSDB** - Pela ordem, Sr. Presidente, tem eu aí.

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Vossa Excelência é o próximo, deputado Cezar.

**O SR. CEZAR - PSDB** - Não.

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Então, passando a palavra agora para o presidente Milton Persoli, eu já passo a Presidência a V. Exa. e V. Exa. depois faz as suas considerações assim que o...

**O SR. CEZAR - PSDB** - Finais.

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Presidente Persoli. Obrigado. Milton Persoli, a palavra está contigo.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Deputado Rafa.

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Pois não, deputado Roberto Morais.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Só para que o Milton realmente responda para a gente como é que ficam as concessões anteriores, se vai cobrar multa ou não, porque a gente é cobrado, não é? Você de Campinas, eu de Piracicaba.

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Sim.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Tem outros deputados da região. Nós ficamos apanhando aqui, como eu já falei, que nem criança pequena. Que ele responda para a gente se as antigas concessões têm multa ou não. Apenas isso.

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Pois não.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Que possa mandar isso oficialmente, por favor.

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Pois não, deputado. Então, eu passo a palavra ao presidente Milton Persoli e passo a Presidência ao deputado Cezar.

\* \* \*

- Assume a Presidência o Sr. Cezar.

\* \* \*

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Deputado Cezar, boa tarde, se o senhor me permitir, só para não deixar em aberto o pedido do deputado (Inaudível.)

**O SR. PRESIDENTE - CEZAR - PSDB** - Obrigado, Sr. Presidente. Estão me ouvindo aí? Boa tarde, Artesp, Sr. Milton. Boa tarde (Inaudível.) prefeito de São Bernardo, esses deputados que estão aí hoje, Madalena, Roberto de Moraes, pelas suas falas (Inaudível.)

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Deputado Cezar, boa tarde, o seu sinal está muito ruim aqui, nós não estamos conseguindo ter seu sinal, o senhor ficou fora da reunião momentaneamente. Está congelado. Então, só para contextualizar enquanto o senhor tenta refazer o seu sinal, eu queria responder ao deputado Ricardo Madalena, para não deixar em aberto nenhuma questão.

Deputado, o senhor nos pediu a relação das rodovias, dos seus respectivos descontos. Então, quanto em cada concessão foi inicialmente trazido em termos de edital,

quanto foi oferecido de desconto e quanto tem isso de desconto, quanto foi na prática executado o desconto em todas as concessões. Esse é o seu primeiro pedido.

O segundo pedido, deputado, o senhor pediu a cópia de todos os contratos. É um processo bastante extenso. Eu poderia indicar os links para o senhor ter acesso de cada contrato, também facilitaria bastante, de a gente disponibilizar isso, eu indico cada concessão, eu indico o seu contrato, indico o link para vocês poderem ter acesso.

Se a gente for encaminhar, é um processo, são processos que têm uma capacidade muito grande de consumo de memória, nós não vamos conseguir tramitar isso para vocês. Eu acho que a gente teria efetivamente mais condição e mais facilidade de encaminhar o link e você consultar aí, e se houver mais necessidade, o senhor nos procura por favor.

E o terceiro, que é o deputado Roberto Moraes que pediu, nós já estamos providenciando, deputado, a relação de todas as concessionárias nas praças de pedágio, quais que estão executando a autuação, porque algumas, o senhor tem razão, algumas, embora esteja com a velocidade regulamentada, dentro da praça (Inaudível.) eu não sei se ela está efetivamente executando a autuação. Isso cabe ao DR. Não cabe a nós da Artesp.

Nós vamos consultar o DR e consultar as concessionárias. Então, são duas consultas que nós vamos fazer à concessionária e ao DR para te encaminhar a listagem final de quem está executando essa multa, quais as praças que estão e quais as concessionárias que estão executando as multas das praças de pedágio.

**O SR. PRESIDENTE - CEZAR - PSDB** - Satisfeito aí, Roberto? Deputado. Satisfeito?

**O SR. RICARDO MADALENA - PL** - Pois não?

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Não, tudo bem, só que assim...

**O SR. PRESIDENTE - CEZAR - PSDB** - Voltando aqui, voltando aqui rapidinho...

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - A informação, Cezar, que nós tínhamos, é que era a partir das novas concessões, e não das antigas concessões, em 1996, que eu nem era deputado, eu era vereador em Piracicaba. Então, eu preciso saber disso, e

que seja documentado. Porque aí o amigo passa lá a 42 km por hora, está errado, a 43, a 45 e vinga para o deputado.

Você também, Cezar, acho que passa por isso na sua região, o Madalena passa. Não estou defendendo não. Só que seja realmente documentado, que seja colocado naqueles visores na estrada. Olha, passou acima de 40 km por hora vai ser multado. Que eu entendo que nem deveria existir isso. Mas como nunca foi multado, eu também entendo que tenha que ter alguma indicação. É isso que eu defendo.

Nós somos, Cezar, eu, você, o Ricardo, os demais deputados, somos legisladores, não defendemos nada que está errado. Só que nós precisamos ter informação. A informação tem que vir da Artesp. Eu sei que o dinheiro não vai para a Artesp e não vai também para a concessionária, vai para o governo do estado. Ou então, o DR nos informe isso oficialmente.

**O SR. PRESIDENTE - CEZAR - PSDB** - Na qualidade de presidente, então eu vou fazer minha pergunta ao Sr. Milton. Sr. Milton, aqui na CCR, na região oeste, na Castelo Branco, nós assinamos um convênio que vai haver um prolongamento da terceira faixa até Itapevi, Jandira, e nesse convênio estaria também incluído o viário Maria Campos, em Osasco e também estaria incluído o viaduto no bairro Sertanejo, Mairinque, no quilômetro 65 da Raposo Tavares.

Eu pergunto ao senhor: como está isso aí? Já foi assinado faz mais de dois meses, minha pergunta é: como está isso aí? Porque aí não houve (Inaudível.) foi dado mais um ano para a CCR. Está me ouvindo ou não? (Vozes sobrepostas.) Vocês ouviram a minha pergunta? (Vozes sobrepostas.) Ouviram a minha pergunta?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Ouvimos, deputado, só que o seu sinal não está muito audível por aqui, mas ele está sofrendo diversas interrupções. (Vozes sobrepostas.)

**O SR. PRESIDENTE - CEZAR - PSDB** - Nesse novo, nesse convênio, olha, foi assinado do Palácio do governo, na sala dos pratos, com o presidente da CCR, o governador João Doria, o (Inaudível.) João Octaviano (Vozes sobrepostas.) foi assinado esse convênio. Foi incluído o viaduto do Mairinque, no quilômetro 65, do bairro Sertanejo na Raposo Tavares também, como o viário Maria Campos em Osasco. Eu pergunto: em que pé está isso aí? Se saiu, se vai, começa quando.



**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Deputado, o senhor está se referindo ao acordo celebrado entre o Governo do Estado e a CCR e as duas concessionárias pertencentes ao grupo CCR? Esse acordo ainda foi celebrado lá com prazo de 180 dias, ele ainda está no prazo para assinatura do TAM final. Então, inicialmente, foi o TAM preliminar e agora nós estamos buscando, dentro do TAM preliminar, desse prazo de 180 dias, buscar todos os itens de todos os processos para que seja prazível para o TAM final, que vai ser celebrada a assinatura desse TAM final.

Estão incluídos nesse TAM: trevo Sertanejo, o acesso ao município de Osasco, o Hospital Municipal de Sorocaba, aquela passarela do Hospital Municipal de Sorocaba e a terceira faixa da via da Castelo Branco, junto a Barueri, junto a, terceira e quarta faixa, a construção da ponte para poder trazer esse benefício tão esperado para a Castelo Branco.

Estão incluídos, sim. Os processos estão sendo trazidos individualmente em cada, em cada pleito. Já estão, três desses processos já estão concluídos já para assinatura do TAM, o aceite da assinatura final, estão quase concluídos o trevo do Sertanejo, Hospital de Sorocaba e o acesso de Osasco.

Por que eles não estão ainda concluídos? Porque nós estamos na atualização dos preços, esses preços foram trazidos inicialmente em 2018, 2019, então nós temos que trazer a atualização desses preços para agora, tabela ADR. Então, todos os preços de obra estão sendo atualizados e à medida que eles estão sendo atualizados, nós estamos atualizando os seus prazos, os respectivos prazos, dentro da concessão.

Então, só por isso que eles não foram imediatamente assinados. O único ainda que está pendente é a terceira faixa da Castelo, porque é um projeto mais impactante, é um projeto grande, muito maior que os outros três e envolve uma análise mais detalhada, porque tem uma dificuldade de identificação se é obrigação da concessionária ou se é obrigação do contrato e não é uma obrigação da concessionária, que a gente chama de tráfego remanescente, tráfego oriundo do trecho urbano.

Então, vencida essa fase, o processo passa para o momento seguinte, que é a sua valorização atualizada, mas eles estão previstos sim e a gente está para concluir esse acordo dentro do prazo, 180 dias para o recebimento e assinatura desse prazo junto à CCR.

**O SR. PRESIDENTE - CEZAR - PSDB** - Milton, há 15 dias atrás, nós estivemos na cidade de Mairinque. Eu falo nós, é o PSDB, o vice-governador Rodrigo Garcia (Vozes

sobrepostas.) inauguramos uma creche. O vice-governador disse, em bom som, que em dezembro começava a obra, em dezembro, falou para a comunidade presente que em dezembro começaria essa obra, que no dia que foi assinado, ela ficou estimada em um bilhão e 200 milhões de reais.

Então, eu fico pensando assim, vai haver um novo custeio, estão levantando novos preços para a obra e o vice-governador do estado de São Paulo garantiu que em dezembro começaria a obra, daria início a essa obra. O senhor está falando em seis meses. Seis meses não vai dar tempo, eu falo sempre...

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI -** Pela ordem (Inaudível.)

**O SR. PRESIDENTE - CEZAR - PSDB -** Olha, se for seis meses, o Rodrigo Garcia não vai conseguir dar o pontapé inicial porque ele vai se afastar, sem dinheiro o governador (Inaudível.). Essa região está carente com isso.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI -** Deputado, então eu me expressei mal. Seis meses é o prazo final da assinatura do TAM final.

**O SR. PRESIDENTE - CEZAR - PSDB -** Seis meses é muito tempo.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI -** Eu sei disso. Seis meses é o prazo para assinatura do TAM final. Essas obras, embora estejam incluídas nos TAMs finais, no TAM definitivo, vamos chamá-lo assim, elas estão sendo tratadas individualmente, elas vão ser assinadas individualmente.

Há necessidade, é uma imposição de que os contratos sejam atualizados, essas obras tragam a última atualização de preços. Não dá para a gente contratar e fechar esse acordo sem atualização dos preços. Essas obras acontecerão nos prazos que foram passados pelo governador. Os seis meses são o prazo final da assinatura final do termo definitivo.

Essas obras, cada uma tem um prazo e elas vão acontecer antes da assinatura do prazo, do definitivo. Então, por exemplo, o trevo Sertanejo está fechado para dezembro, só estamos trazendo para dentro do contrato a nova atualização de preços do DER. Saiu uma tabela agora e nós vamos trazer, é uma exigência da consultoria jurídica da própria PGE de que sejam atualizados esses dados com esses valores trazidos agora, com a última atualização da tabela do DER.

Então, nós estamos executando essa atualização. São quase 3.000 itens que constam na planilha, então a autorização não é só autorização automática, estabelecer o índice e você aplicar esse índice na tabela final, ela é tratada item a item. Tem índices que não são constantes do DER, são índices que foi feita uma consulta à parte, e não estavam lá. Então, nós estamos trazendo essa consulta, porque se não está na tabela do DER, foi feita uma consulta à parte. Tem alguns itens que não fazem parte da tabela, mas constam lá, então também nós estamos atualizando.

Então, é só o prazo de atualizar, são exigências que são trazidas ao processo, não que não serão cumpridas, vão ser cumpridas. Existe esse compromisso do Governo do Estado, existe um compromisso da Artesp com o Governo do Estado de cumprir esses prazos, os prazos serão cumpridos, independentemente do prazo da assinatura do definitivo. Então, acho que eu me expressei mal. O definitivo tem seis meses para cumprir e aí esses quatro fazem parte do processo definitivo. O senhor entendeu?

**A SRA.** - O deputado Cezar estava presidindo...

\*\*\*

- Assume a Presidência o Sr. Rafa Zimbaldi.

\*\*\*

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Meus amigos, pedir desculpas, o deputado Cezar eu acho que caiu, viu, presidente Milton. Então, eu acho que teve um problema técnico aqui e acabou vocês ficando aí sem a reunião ser encerrada. Então, agradeço ao Milton Persoli e a toda diretoria. Quero saudar o coronel Nyakas, o novo membro da Artesp, parabéns, Nyakas, sucesso e toda a diretoria. Agradecer o carinho e a todos os deputados que participaram. Então, declaro encerrada a presente reunião.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Estamos à disposição. Se houver necessidade, estaremos sempre à disposição. A Artesp, essa diretoria, tem isto como condição inicial, considerar sempre os pleitos dos parlamentares, independentemente de qualquer situação, os pleitos sempre são trazidos, enfrentados, respondidos, não na medida do interesse de cada um ou da expectativa de resposta. Eu não tenho expectativa

*Tikinet Edição Ltda.*

nenhuma (Inaudível.) dispositiva, mas, de qualquer forma, nós trazemos e vamos anunciar sempre o que trazem os contratos, o que traz a posição técnica aqui da agência. Fico sempre à disposição também.

**O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PL** - Tenho certeza disso. Obrigado, Milton. Obrigado, toda diretoria. Declaro encerrada a presente reunião.

\* \* \*

- Encerra-se a reunião.

\* \* \*